

Contribuições do Subprojeto “Gêneros jornalísticos impressos: historicidade, constituição e mudança em uma perspectiva crítico-discursiva” para a História do Português Paulista

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v48i1.2234>

Fábio Fernando Lima¹

Resumo

Neste artigo, tendo em vista a apresentação de alguma materialidade dos resultados das pesquisas empreendidas no contexto do Subprojeto “Gêneros jornalísticos impressos: historicidade, constituição e mudança em uma perspectiva crítico-discursiva” do projeto História do Português Paulista II (PHPPII), buscamos analisar e descrever, sob a perspectiva teórica da Análise Crítica do Discurso, o noticiário publicado na grande mídia impressa paulista no decorrer dos séculos XIX, XX e XXI acerca de determinados segmentos excluídos em função de suas condições socioeconômicas. Considerando que esses veículos de comunicação sempre estiveram sob o controle das classes dominantes, encontramos, nesse noticiário, um preconceito de base, em consonância com a própria ideologia vigente nesses grupos, materializado mediante diversos procedimentos discursivos (muitas vezes camuflados) que buscam o estabelecimento de determinados consensos hegemônicos e a manutenção do *status quo*,

Palavras-chave: gêneros jornalísticos impressos; História do Português Paulista; Análise Crítica do Discurso.

1 Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; fabiofernandolima@uol.com.br; <http://orcid.org/0000-0002-1632-9463>

Contributions of the Subproject “Print Journalistic Genres: Historicity, Constitution and Change in a Critical-Discursive Perspective” to the History of the São Paulo’s Portuguese

Abstract

In this article, view of to the presentation of some materiality of the results of a research undertaken within the subproject “Printed Journalistic Genres: Historicity, Constitution and Change in a Critical-Discursive Perspective” of the “Project History of Paulista Portuguese II” (PHPPII), we seek to analyze and describe, from the theoretical perspective of Critical Discourse Analysis, the newspapers published by paulista press in the course of the course of the 19th, 20th and 21st centuries about segments that were excluded because of their socioeconomic conditions. Considering that the media regularly has been in the hands of dominants groups, we find in these newspapers a prejudiced discourse, which agrees with the prevailing ideology. This kind of discourse can be structured in many ways of writing (different discursive methods), aiming to the maintenance of a consensual hegemony and *status quo*.

Keywords: printed journalistic genres; History of Paulista Portuguese; Critical Discourse Analysis.

1. Introdução

O Projeto Temático História do Português Paulista II (PHPPII) apresentou-se, como um todo, enquanto um conjunto articulado de subprojetos situados na área da Linguística Histórica do Português. No decorrer de seus cinco anos de duração, buscou-se promover vários diálogos entre teorias linguísticas atinentes às pesquisas contemporâneas da Linguística Histórica, não só para dar conta da complexidade dos fenômenos a serem pesquisados, como também para respaldar a complementaridade entre os subprojetos. Contemplaram-se as dimensões gramatical, semântica e textual-discursiva como constitutivas das categorias da língua em uso. No que tange à dimensão textual-discursiva, os estudos se concentraram em duas dimensões distintas, que corresponderam a dois subprojetos específicos: a análise diacrônica dos processos de construção textual, guiados pela Perspectiva Textual-Interativa, por um lado; o estudo diacrônico dos gêneros discursivos jornalísticos, em articulação com uma perspectiva teórica crítico-discursiva, advindo de uma associação entre a *Teoria das Tradições Discursivas* (TDs) e a *Análise Crítica do Discurso* (ACD), por outro.

Nesse último eixo, reservado ao subprojeto “Gêneros jornalísticos impressos: historicidade, constituição e mudança em uma perspectiva crítico-discursiva”, houve um interesse central em analisar e descrever a constituição e a mudança de gêneros jornalísticos que compõem a esfera jornalística impressa do estado de São Paulo (carta

do editor/editorial, carta do leitor, anúncio, entrevista, notícia, coluna de aconselhamento, dentre outros), publicados em jornais paulistas entre os séculos XIX e XXI, tomando como referência exemplares atuais e, assim, a relação entre diacronia e sincronia. Dessa maneira, tais pesquisas optaram por traçar uma trajetória histórica e estabelecer relações entre a historicidade da língua e dos textos.

Para a realização dessa tarefa, esses estudos se assentaram, em um primeiro momento, na referência direta, feita por Bakhtin (2003), acerca da questão da estabilidade relativa dos gêneros textuais/discursivos, entendidos enquanto formas plásticas, flexíveis e livres. Na verdade, o autor deixa antever a importância da adoção de uma perspectiva sócio-histórica para análise dos gêneros, ao considerar que a linguagem se materializa por meio deles e, simultaneamente, funciona na mediação entre os interlocutores, permeando toda a vida social do homem, através de relações complexas e dinâmicas que se estabelecem entre a própria linguagem e a sociedade.

Em consonância com essa ideia, assumiu-se que tais transformações ultrapassam os elementos puramente linguísticos e são condicionadas pelo contexto sócio-histórico, na medida em que a língua se mostra por meio de discursos que se manifestam nas práticas sociais. Foi partindo dessas premissas que se buscou associar, à Teoria das Tradições Discursivas (TD) – caracterizada por aliar língua, história e sociedade – a Análise Crítica do Discurso (ACD), para a qual a linguagem apresenta-se como prática social, interconectada a outros elementos sociais.

Este artigo assume como objetivo apresentar, de uma maneira breve, tanto as premissas teóricas sobre as quais as pesquisas do subprojeto se assentaram quanto as contribuições que esses estudos proporcionaram para o Modelo Tridimensional de análise proposto por Fairclough (2001, 2003) para a ACD.

2. Questões teóricas

Influenciados pela tradição da escola de Eugênio Coseriu, o conceito de Tradições Discursivas (TD) foi proposto no contexto da Linguística Românica alemã. Autores como Österreicher (2001) consideram que os textos são portadores de tradições, isto é, apresentam regularidades discursivas ou formas textuais já produzidas pela sociedade, em momentos anteriores, que permaneceram ou se modificaram ao longo de sua existência. Nesse contexto, o reconhecimento, o emprego e a transmissão desses modelos discursivos permitem a manutenção das características básicas dos gêneros, sem que se descartem as eventuais necessidades de adequação aos contextos de cada momento histórico.

Considerando-se o objetivo de empreender a descrição e análise da constituição e mudança dos gêneros jornalísticos, o conceito de TD assumiu, para os pesquisadores do subprojeto, uma posição basilar. Em verdade,

[...] todo texto efetiva-se a partir da materialização de um gênero discursivo e segue as coerções determinadas por esse gênero para que a comunicação/interação possa ser estabelecida adequadamente, o que demanda reconhecimento e a utilização de esquemas textuais na esfera das superestruturas de organização linguístico-discursivas e de conteúdos temáticos que são pertinentes à sua configuração contextual. A esse conjunto de traços, que são transmitidos pelas sucessivas gerações de usuários que falam e escrevem, definindo a unidade e a especificidade dos gêneros discursivos, que se dá o nome de *Tradições Discursivas* (ANDRADE; GOMES, 2018, p. 31-32).

Por outro lado, conforme bem aponta Gomes (2005), essas tradições também podem mudar ao longo do tempo, sobretudo quando motivadas pelos fatores sócio-históricos, que estão presentes na base de toda e qualquer atividade interacional. Nesse sentido, ressaltou-se a importância de se associar, à Teoria das TD, outra abordagem dos estudos discursivos, capaz de articular aspectos do contexto sócio-histórico-ideológico à prática discursiva propriamente dita. Afinal, a ênfase das TD está no enquadramento histórico do gênero discursivo e das regularidades ligadas a ele, e não na apresentação de um conjunto de categorias definidas de análise textual/discursiva propriamente dita.

Ora, para a ACD o discurso é moldado e restringido pela estrutura social no sentido mais amplo e em todos os níveis, a partir de “uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91). Essa perspectiva dialética considera a prática social e o evento discursivo como contraditórios e em luta, mantendo uma relação complexa e variável com as estruturas, as quais manifestam apenas uma fixidez temporária e parcial. Tal postura teórico-metodológica coaduna-se com a posição, sustentada por Bakhtin (1992), de acordo com a qual os gêneros textuais/discursivos, também resultados de práticas sociais, diferenciam-se e são ampliados à medida que cada esfera social se desenvolve, em um processo de evolução contínuo que se materializa no seio das práticas sociais cotidianas.

Em verdade, Fairclough (2001, p. 126) aponta, para a ACD, uma necessidade indispensável de contemplar, nos modelos de análise propriamente ditos, a questão da “mudança discursiva em relação à mudança social e cultural”, colocada enquanto objetivo central de sua proposta. A centralidade da mudança histórica desloca o foco para a análise das relações de poder exercidas *no* e *através* do discurso, especificamente para as maneiras como essas relações moldam e transformam as práticas discursivas, sociais e institucionais. O que se busca é uma análise de discurso que focalize a variação, a mudança e a luta: “variabilidade entre as práticas e heterogeneidade entre elas como reflexo de processos de mudança histórica que são moldados pela luta entre as forças sociais” (cf. FAIRCLOUGH, 2001, p. 58).

A proposta teórica desenvolvida por Fairclough (2001, 2003, dentre outros) para a ACD apresenta-se sob a forma de um modelo de análise tridimensional, caracterizado por apontar, para cada evento discursivo, três dimensões: uma dimensão do evento discursivo enquanto *texto* falado ou escrito, uma instância de *prática discursiva*, envolvendo a produção e a interpretação do texto e, por fim, o aspecto de *prática social*, envolvendo relações de ideologia e hegemonia.

Ao conceber o discurso enquanto prática social contextualizada em uma estrutura social ampla, Fairclough (2001, 2003) evoca uma perspectiva funcionalista da linguagem, na medida em que postula que a língua possui funções externas ao sistema e que essas funções são as responsáveis pela organização interna do sistema linguístico. Dessa maneira, no que tange à orientação linguística de sua teoria – o discurso enquanto texto – faz uso da Linguística Sistêmico-Funcional de Halliday (1985).

No modelo de 2003, Fairclough apresenta um conjunto articulado de três significados: o *representacional*, caracterizado por enfatizar a representação de aspectos do mundo – físico, mental, social – em textos, aproximando-se da função ideacional de Halliday (1985) e, portanto, analisável a partir do sistema de transitividade; o significado *acional*, que focaliza o texto como modo de (inter)ação em eventos sociais, com a ação legitimando/questionando relações sociais e, por fim, o significado *identificacional*, atinente à construção e à negociação de identidades no discurso. Os significados *identificacionais* e *acionais* estão associados à metafunção *interpessoal* de Halliday e sua análise no contexto do discurso jornalístico permite observar as maneiras pelas quais o jornalista/escritor, inserido em um determinado contexto sociocognitivo, tanto atribui determinadas identidades sociais aos atores designados em seu texto quanto expressa seus posicionamentos e julgamentos, buscando sempre, de acordo com as premissas assumidas, influenciar e levar o leitor a adotar esse mesmo ponto de vista. É por meio desses significados que são instanciadas as relações pessoais e sociais dos participantes dos eventos discursivos, tanto no aspecto de sua configuração identitária como da sua relação com os outros atores sociais envolvidos no processo.

Nesse contexto, os trabalhos congregados pelo subprojeto “Gêneros Jornalísticos impressos” valeram-se não apenas dos aspectos gramaticais concernentes ao modo e modalidade estabelecidos por Halliday (1985) para a análise da metafunção interpessoal – subdividida por Fairclough (2003) em significados *acionais* e *identificacionais* – mas também das contribuições e complementações advindas de outros estudiosos que têm trabalhado de perto com a proposta hallidayana, com destaque para a Teoria da Avaliatividade (cf. MARTIN; WHITE, 2005). Dessa maneira, para além de trabalhos que contribuíram para explicar e descrever as transformações que incidiram sobre os gêneros discursivos em tela, apontando para as motivações sócio-históricas envolvidas em cada contexto particular de modificação discursiva, a partir da associação com as camadas do modelo tridimensional (Cf. OLIVEIRA; PIMENTA, 2016, dentre outros), outras pesquisas

complementaram o modelo tridimensional. Elas empreenderam a análise diacrônica dos gêneros em questão, sobretudo pela incorporação, no que tange à dimensão linguística da teoria, da Teoria da Avaliatividade (cf. GONÇALVES-SEGUNDO, 2015, dentre outros) e, ainda, articularam o modelo à Nova Retórica (Cf. LIMA, 2014, dentre outros), o que certamente se apresentou como fatores de empoderamento analítico para a ACD em geral e para a descrição dos significados *acionais* e *identificacionais* em particular.

A Teoria da Avaliatividade se volta para a constituição de categorias relacionadas à construção da intimidade, distância, envolvimento, identidade e autoridade discursivas, realizadas por meio de recursos avaliativos. Segundo Martin e White (2005), *atitude*, *engajamento* e *gradação* podem ser concebidos como fenômenos linguísticos que atualizam posicionamentos intersubjetivos dos atores sociais em interação. A *atitude* abrange significados por meio dos quais o falante/escritor avalia entidades, estados de coisas e acontecimentos negativa ou positivamente. É subdividida em *afeto*, *juízo* e *apreciação*.

A *gradação* está relacionada ao modo pelo qual os falantes/escritores maximizam ou minimizam a força de suas asserções, tornando nítidas ou ofuscadas as categorizações semânticas com as quais operam. O *engajamento*, por fim, constitui-se no componente por meio do qual o enunciador se posiciona em relação a seu enunciado e aos enunciados potenciais de outros atores sociais envolvidos na interação. Por meio dessa categoria, busca-se descrever em que medida falantes/escritores avaliam as afirmações anteriores, qual é o peso dessas afirmações em suas formulações e de que modo eles se engajam em relação a tais enunciados (em oposição, concordância, etc.).

No entanto, Martin e White (*op. cit.*) admitem que, para que o produtor do texto adquira, eficientemente, o comprometimento dos leitores e ouvintes, além das categorias apontadas, precisará contar com os argumentos dispostos e o processo persuasivo de maneira geral, embora esse aspecto não seja explorado pelos autores.

Nesse sentido, vai ficando clara a importância de uma associação entre esses estudos e a Retórica. No contexto do subprojeto, essa associação assentou-se no fato de que, embora se considerasse, no âmbito da ACD, “o ‘controle mental’ exercido tipicamente por meio da persuasão” como a principal “forma de controle social” (VAN DIJK, 2008, p. 43), e que “o exercício do poder dá-se predominantemente pela via persuasiva” (p. 53), observava-se até então a ausência de um modelo capaz de amalgamar os aspectos retóricos à análise e interpretação da linguagem em contexto sócio-histórico. Foi visando suprir essa lacuna que se passou a estabelecer pontos de contato entre o Modelo Tridimensional, especificamente a constituição dos significados *identificacionais* e *acionais*, à Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996).

3. Análise dos dados

Tendo em vista a apresentação de alguma materialidade que sustente as afirmações apresentadas nas seções anteriores, passamos a uma abordagem diacrônica do gênero *notícia*, sob as mesmas premissas teóricas em que se assentaram as pesquisas do subprojeto. Por se tratar de uma abordagem que contempla um material publicado no decorrer dos últimos três séculos, observando-se traços de permanência e mudança, há a necessidade da adoção de um eixo temático mínimo, perpassando cada um dos períodos analisados. Para todos os efeitos, selecionaremos amostras do noticiário publicadas nos jornais *Folha da Manhã/Folha de São Paulo* e *Correio Paulistano* acerca de ações voltadas à pobreza. Acreditamos que essa temática torna-se mais adequada para a análise diacrônica que aqui propomos porque, conforme bem aponta Telles (1996, p. 6)

[...] tema do debate público e alvo privilegiado do discurso político, a pobreza sempre foi notada, registrada e documentada. Poder-se-ia dizer que, tal como uma sombra, a pobreza acompanha a história brasileira, compondo elenco de problemas, impasses, mantendo-se como uma linha jamais quebrada no decorrer da nossa história.

Ao se tornarem beneficiários das políticas públicas de assistência social – as quais estiveram em parte cobertas, no nosso passado, pelas obras de caridade – acentua-se o processo de exclusão dos pobres, à medida que, atrelados a esse passado, transmuda-se o “direito” dos subordinados em “favor” prestado pelas elites. Aliás, no que diz respeito à história da política social no Brasil propriamente dita, podemos afirmar que até 1930, ano em que é instituída, a assistência social é concebida como “gesto de caridade para com o próximo”. Nesse contexto, os pobres são vistos como “grupos especiais, párias da sociedade, frágeis ou doentes, com a assistência se mesclando, dessa forma, com as necessidades de saúde”, o que veio a se refletir “na própria constituição dos organismos prestadores de serviços assistenciais, que manifestaram as duas faces: a assistência à saúde e a assistência social” (SPOSATI, 2007, p. 42).

O texto (1) é ilustrativo desse período:

(01) COMUNICADOS

O ECHO DA VERDADE

Principiamos a tarefa que nos temos imposto com a analyse do um fato escandaloso quo hebdomadariamente presenciemos nesta cidade— a procissão desses infelizes a quem a morfêa tem accommettido, o que, sahindo de seus escondrijos aqui vem, horrorizando a população, pedir uma esmola para matar a fome. Cumpre ao estado zelar na guarda d'aquelles que o constituem — esta vigilancia é dupla, porque olha para o moral do cidadão e para a sua saude; no primeiro caso são as leis da instrucção publica. Pobre instrucção, ãhi anda a ponta pés—mas em todo

o caso sempre é bom ser chefe dessa corporação fantástica do nosso paiz, porque o grande numero do mestre-escolas das aldeas faz com quo se tenha a popularidade de um Demosthenes. Deixando porém a tal instrução de quo tanto se falia, e de que nada se faz— diremos que o Estado vela na saúde do cidadão, estabelecendo leis hygienicas; Ah sim, leis hygienicas quo marcam quaes os títulos que deve ler o grande sacerdote da medicina —quaes os deveres que deve cumprir, mas que também entre nós são fábulas, porque qualquer *Monsieur* da estranja é um medico—depois que o dogma sciencia foi adoptado sem critério algum. Dizia o nosso patricio Penna na sua comedia—Noviço—que tudo se deslocava entre nós, e que as inclinações se torção; mas ele estava bem longe do pensar que qualquer sapateiro poderia ser um dia medico—e no entanto a realidade dos factos nol-o demonstra — qualquer com uma simples tintura de historia natural é proclamado—o primeiro de uma corporação tão respeitável. /.../ ah! sim, leis hygienicas, antigamente ellas o diziam (porque hoje nos parece letra morta) que o medico não podia ser boticário, nem o boticário medico—entretanto é o que hoje não falta /.../ Temos, dizem, um hospital para os lazarus, e entretanto ahi andam elles vagando. Qual será a causa? eis o misterio que-passamos a sondar. Lá para os districtos do bello e pitoresco bairro Paulistano, que se diz — da Luz—, bem perto das margens do formoso Tietê, encontrão-se uns casebres—que se dizem—hospital dos lázaros. /.../ Quaes leis hygienicas devem reger sobre taes estabelecimentos? /.../ a primeira cousa quo indagamos, uma resposta negativa se nos dá /.../. Não cessaremos de pedir ao governo, que lance seus olhos e cuide de cumprir um dos mais sagrados deveres que lhe está imposto—a garantia da saúde do cidadão. Não só tratar do dar incremento ao desenvolvimento intellectual do um povo animando as companhias dramaticas, erigindo theatros que os governos desempenham sua missão. É isso sem duvida um bom desejo que não deixamos de applaudir—mas, quando a pobresa geme, quando o enfermo grita, o governo não deve ser surdo a esses gemidos, nem insensível á essas lagrimas. /.../ Ainda, ha bem pouco tempo, se via entre nós um facto cruel o bárbaro, era a pratica do lançar nas enxovias da çadêa, de mistura com esses desalmados—o pobre e infeliz /.../. Quizeramos que o governo illustrado, que se acha ora á frente da administração, considerasse actualmente esta necessidade palpitante, visto que esta terrível enfermidade—a morphéa—se acha disseminada em grande escala pela província —e que a esses infelizes coubesse melhor sorte que não a mendicidade, e a pobresa: vexando continuamente a população, que demais se horrorisa com esses hediondos espetáculos.

Convém pois, que quanto antes seja estabelecido um edificio conveniente onde se possa dar um tratamento soffrível á esses infelizes, que, achando os meios suaves de passar os tristes restos de seus dias, resignados irão vivendo, guardados e soccorrido pela alta vigilância da autoridade. Taes são os votos que fazemos, á bem do infeliz, a quem esse terrível mal persegue, e em honra da sociedade, que não deve deixar de proteger a miséria e a enfermidade. Voltaremos a matéria se preciso fôr, com mais minuciosidade. (CP, 13/07/1854)

Em verdade, conforme bem aponta Sodré (1999, p. 1), a história da imprensa no Brasil corresponde, *stricto sensu*, “à própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista”. Sob o controle da aristocracia da época, que passa a se expandir para o campo empresarial e político-administrativo, os jornais paulistas de maior circulação adotam um posicionamento extremamente crítico em relação ao Governo Imperial, tal

qual observado em (1). Como pano de fundo, tem-se a Revolução Industrial e a dificuldade do Governo Imperial de criar novos mercados consumidores.

No que se refere ao texto em tela, cumpre dizer, em primeiro lugar, que as marcas do(s) enunciador(es) claramente delineadas, aliadas à expressão de um determinado posicionamento a respeito do tema, tornam-no mais semelhante aos editoriais contemporâneos do que ao próprio noticiário. No entanto, no jornalismo paulista nascente do século XIX, é com esse tipo de texto, de caráter fortemente opinativo, que os jornais tratam dos assuntos inerentes ao cotidiano dos leitores.

Em (1) observamos ampla gama de recursos avaliativos; como eixo principal, podemos apontar um conjunto de julgamentos negativos de sanção social. Para Martin e White (2005), os julgamentos dizem respeito às avaliações de caráter comportamental, relativas aos diversos modos de agir dos atores sociais. As avaliações de *estima social* relacionam-se a valores compartilhados pelos indivíduos em sua integração a diversas redes sociais e instituições, responsáveis por criar hierarquias de comportamentos práticos desejáveis e indesejáveis. Trata-se de valores ligados a comportamentos passíveis de admiração, estranhamento, menosprezo ou reconhecimento.

A *sanção social*, por outro lado, abarca avaliações codificadas pela cultura da escrituralidade, por meio de decretos, regras, regulamentos e leis, responsáveis pela vigilância institucional da sociedade. Nesse sentido, os valores compartilhados relacionam-se às obrigações morais e éticas, à cidadania e à filiação institucional. Por essas razões, os julgamentos de *sanção social* implicam atitudes não de admiração ou estranhamento, mas sim, de louvor/destaque ou condenação/recriminação.

No texto em análise, observamos que o enunciador procede a diversas avaliações, apresentando, nos termos de Martin e White (*op. cit.*), julgamentos negativos de sanção social acerca das propriedades e qualidades do governo imperial e da categoria médica de então (*cumprido ao estado zelar na guarda d'aquelles que o constituem – esta vigilancia é dupla, porque olha para o moral do cidadão e para a sua saude; no primeiro caso são as leis da instrucção publica. Pobre instrucção, ãhi anda a ponta pés – mas em todo o caso sempre é bom ser chefe dessa corporação fantástica do nosso paiz, porque o grande numero do mestre-escolas das aldeas faz com quo se tenha a popularidade de um Demosthenes; diremos que o Estado vela na saúde do cidadão, estabelecendo leis hygienicas; ah sim, leis hygienicas quo marcam quaes os títulos que deve ler o grande sacordoto da medicina – quaes os deveres que deve cumprir, mas que também entre nós são fábulas, dentre outras*).

A essas estratégias acrescentam-se julgamentos de estima social, responsáveis por colocar em questão a capacidade da classe médica e reforçar a ideia da omissão do governo imperial (*qualquer Monsieur da estranja é um medico – depois que o dogma sciencia sem privilégios – foi adoptado sem critério algum; qualquer sapateiro poderia ser*

um dia medico—e no entanto a realidade dos factos nol-o demonstra (...); o primeiro de uma corporação tão respeitável, dentre outras).

No plano argumentativo, as estruturas interpessoais estruturam-se por meio de um amplo discurso de justificação, cujas premissas baseiam-se em fatos. Essa trilha estabelece claramente, nos termos adotados por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), um argumento pragmático, relacionado a uma ligação de sucessão, do tipo causa e efeito (sendo *a ausência do estado na oferta de alternativas para coibir a mendicância e omissão na vigilância das “leis higienicas” a causa e a proliferação da mendicância*, o efeito). Arelados a essa ideia central, observamos outros tipos de argumentos, responsáveis por sustentá-la em planos menores de generalidade: podemos apontar, por exemplo, no que tange à argumentação baseada na estrutura do real, outros vínculos do tipo causa e efeito (*temos, dizem, um hospital para os lazarus, e entretanto ahi andam elles vagando. Qual será a causa? eis o misterio que passamos a sondar*), o argumento de autoridade (*dizia o nosso patrício Penna*), o recurso à descrição do real (*entanto a realidade dos factos nol-o demonstra*) e, no plano dos argumentos quase-lógicos, o recurso à definição e ao conflito definicional (*leis higienicas quo marcam quaes os títulos que deve ler o grande sacordoto da medicina —quaes os deveres que deve cumprir, mas que também entre nós são fábulas, porque qualquer Monsieur da estranja é um medico—depois que o dogma sciencia sem privilégios — foi adoptado sem critério algum*) e à transitividade (*o medico não podia ser boticário, nem o boticário medico—entretanto é o que hoje não falta*), dentre outros.

O parágrafo final do texto traz o argumento mais forte que o jornalista pretende destacar. Nesse contexto, o emprego da modalidade deôntica positiva (*Convém pois, que quanto antes seja estabelecido um edificio conveniente [...]*) assume contornos autoritários, tendo em vista que o alvo da proposta é o próprio governo e os seus efeitos englobam a posição não só do próprio jornal, mas também de seus leitores.

A esse respeito, aliás, vale destacar que, sob o ponto de vista das vozes articuladas no texto, observamos outras estruturações autoritárias. Essas estruturas se materializam por meio do recurso à *contração dialógica por refutação*, caracterizada pela restrição ou anulação de vozes alternativas através da estratégia de invocar posições alternativas para torná-las insustentáveis (*ah! sim, leis higienicas, antigamente ellas o diziam (porque hoje nos parece letra morta) que o medico não podia ser boticário; temos, dizem, um hospital para os lazarus, e entretanto ahi andam elles vagando. qual será a causa? eis o misterio que passamos a sondar; Quaes leis higienicas devem reger sobre taes estabelecimentos? /.../ a primeira cousa quo indagamos, uma resposta negativa se nos dá, dentre outros*).

Em verdade, a voz do jornal atrela-se à voz dos leitores, membros da aristocracia da época, refletindo uma estratégia *interpessoal de envolvimento*. Essa estratégia é responsável por apresentar um texto engajado e disposto a representar os anseios do leitor, configurando-se como a arma de comunicação da comunidade e criando solidariedade

com essa instância, de modo que os julgamentos apresentados tenham teor positivo (*não cessaremos de pedir ao governo, que lance seus olhos e cuide de cumprir um dos mais sagrados deveres que lhe está imposto; quizeramos que o governo ilustrado[...]considerasse actualmente esta necessidade palpitante, [...] e que a esses infelizes coubesse melhor sorte que não a mendicidade, e a pobreza: vexando continuamente a população, que demais se horrorisa com esses hediondos espetáculos; em honra da sociedade; voltaremos a matéria se preciso fôr, com mais minuciosidade*).

Chama a atenção os inúmeros recursos subjetivos que, destacados na superfície do texto, tanto reforçam o compromisso do enunciador em relação aos fatos que apresenta quanto se inscrevem em analogia às reações dos próprios leitores diante da mendicância. Referimo-nos às apreciações que se materializam em reações de impacto (*escandaloso, hebdomadariamente, aplaudir, geme, grita, hediondos, bárbaro, horrorizando*), de qualidade (*belo*) e de composição (*desordem, pitoresco*), que se juntam a componentes atitudinais de afeto (*pobre e infeliz, infelizes, tristes*).

Arelados a alguns julgamentos de sanção social e também de estima social (*ilustrada, humanitária, desalmados; insensível, cruel, malvados*), essas estruturas inscrevem no texto uma visada ideológica – também aquela da classe dominante – fortemente assentada em um posicionamento intolerante em relação à população de rua e a outros representantes de classes subalternas em geral (*qualquer sapateiro poderia ser um dia medico; enxovias da cadêa, de mistura com esses desalmados*). Nos termos de Thompson (1995), observamos a *legitimação* da perspectiva ideológica da classe dominante, especificamente através da estratégia de universalizar os seus interesses, os quais passam a ser exibidos como se fossem os interesses de todos. A esse respeito, aliás, cumpre ressaltar que não se aponta como alternativa a inclusão desse grupo excluído – que, ademais, não tem sua perspectiva inscrita nas vozes do texto em questão – mas apenas a alternativa da plena segregação física em edifícios adequados e capazes de bani-los completamente do convívio com os demais extratos sociais, aqui apresentada para o “bem dos moradores de rua”.

Em alguns pontos do noticiário publicado no *Correio Paulistano*, no entanto, começamos a vislumbrar a emergência de textos curtos, destinados a noticiar acontecimentos de maneira breve. Partindo sempre de uma fonte exterior claramente marcada, a coluna “Notícias e factos diversos” se apresentava por demais pequena e não era publicada cotidianamente. Diferentemente do que se observou em (1), temos em (2) um texto cuja estrutura composicional está mais associada à tradição discursiva do *relatar*. No entanto, em sintonia com o conjunto do noticiário publicado no jornal, mantém-se a mesma ligação com a aristocracia da época e, por conseguinte, a adoção de uma postura explicitamente intolerante face à pobreza. Observe:

(02) Santa Rita do Passa Quatro - Escreve-nos dessa localidade o nosso correspondente: Ainda continuamos a sentir faltas de criadas [...]; consta-nos, porém, que a auctoridade local vai pôr couro ao mal, reprimindo activamente a ociosidade. —Brevemente fundar-se-há nesta villa, um bem montado collegio para o sexo feminino. A direcção ficará a cargo da exma. d. Maria do Carmo Gonçalves Leito (o corpo docente compõe-se do srs. dr. AT R. Guião, o dr. Cesario do Brito Travassos, Antonio Gonçalves Leilo, d. Êlvira Guião dr. Figueiredo e d. Maria do Carmo Gonçalves Leite. Estão a cooperarem para o engrandecimento do collegio, os prestigiosos cidadãos: Jeronymo Vieira de Andrade, Antonio Bernardino Velloso, José Garcia Bocha e muitos paes de família (CP, 3/2/1855).

Em (02) se estabelece um contraste, materializado pelo emprego de julgamentos positivos de estima social em relação à capacidade das pessoas referidas nominalmente no texto – “os(as) senhores(as)” e “doutores(as)” (*estão a cooperarem para o engrandecimento do collegio, os prestigiosos cidadãos [...]*) – e o julgamento negativo de estima social empregado ao se fazer referência à tenacidade da classe trabalhadora (*ociosidade*), que se imiscui a outro julgamento negativo, de sanção social (*pôr couro ao mal, reprimindo activamente*). Nesse sentido, o texto não só se articula em torno da subserviência à aristocracia de então, mas também coloca em tela apenas a perspectiva da classe dominante, adotada enquanto o ponto de vista do próprio jornal.

No plano argumentativo, esse julgamento negativo de sanção social manifesta-se sob a forma de um argumento alicerçado na estruturação do real, do tipo causa e efeito (Cf. PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996) (sendo a *ociosidade* a causa e a *montagem do colégio* o efeito).

Considerando-se que o vínculo dominante de inserção na sociedade sempre foi o da integração pelo trabalho, com a transformação produtiva adquirindo preponderância nas trajetórias de exclusão social, podemos afirmar que em (2) o conjunto das estratégias acionais inscrevem, no plano identificacional, não apenas a retratação estereotipada daqueles que se encontram fora do mercado de trabalho como “vagabundos”, mas também a atribuição de uma suposta “baixa qualificação” a esse segmento, passando à esfera de “despreparados”, “incapacitados” – e daí de importância de “um bem montado collegio para o sexo feminino”. Encontramos, aqui, as bases de uma constituição ideológica caracterizada por associar “gênero feminino” a “atividades domésticas” (feminilidade ideal) e “preguiça” à “pobreza”, ou seja, a constituição estereotipada do pobre enquanto “preguiçoso”, o que vem a justificar sua permanência inalterada na pirâmide social.

Nesse contexto, a posição intolerante que justifica a estrutura ideológica em tela vem sustentada pelo modo da “fragmentação”. Nos termos de Thompson (1995), a fragmentação constitui-se de relações de dominação estabelecidas e mantidas no texto através da segmentação de indivíduos e grupos que possam ser uma ameaça aos grupos dominantes. No exemplo em questão, temos especificamente o caso do “expurgo do outro”, já que trabalhadoras “ociosas” são qualificadas como “inimigas da sociedade”.

Mas é efetivamente após a Revolução de 1930 que, de acordo com Bahia (1990), a imprensa de massa começa a se delinear e a concepção de imprensa enquanto empresa tem suas origens, à medida que o país acelera a industrialização e as cidades crescem. A partir daí, a massa urbana seria, tanto informativa como publicitariamente, o mercado específico para as grandes tiragens, os grandes jornais. Como resultado, acentua-se a relação dos jornais com o poder econômico que, representado pelos mais diversos interesses, mas também identificado pelos mais sólidos anunciantes, desenvolve formas de pressão, influência e controle dos meios de comunicação. Nesse contexto, a notícia e o jornalismo como um todo vão tomando forma industrial e a matéria recomendada passa a ser uma das categorias de pressão econômica, dando “à empresa a faculdade de manipular o que vai ser impresso, no interesse dos grupos de poder” (BAHIA, 1990, p. 232).

Ainda de acordo com Bahia (1990), a partir da década de 1950 os jornais sofrem importantes reformas que abrangem, dentre outros aspectos, formato e composição: a subdivisão hoje conhecida em seções claramente delineadas, por exemplo, vai tomando forma. No que tange à estrutura composicional do gênero *notícia*, observa-se uma gradativa consolidação da tradição discursiva do *relatar*, mantendo-se, no entanto, a ligação com a classe dominante, por meio das mesmas estratégias observadas nos recortes anteriores: vasto emprego de recursos avaliativos e argumentos.

Nesse contexto, em (3), faz-se importante observar que se atribui ao próprio “Exército da Salvação” o papel de qualificar sua atuação em relação ao enfrentamento da pobreza, através de diversas estruturas interpessoais de engajamento por atribuição. Observe:

(03) *Exército da Salvação angaria fundos com “Painéis de Natal”*

“Salvo para Servir” é o lema do Exército da Salvação e com base nele aquela entidade religiosa-assistencial vem, a exemplo dos anos anteriores, colocar em vários locais do centro da cidade as tradicionais “Painéis de Natal” com o objetivo de angariar fundos para ajudar a necessitados.

O Exército da Salvação, que está comemorando este ano o seu centenário, pretende angariar neste natal aproximadamente Cr\$ 6 milhões em donativos que serão aplicados em benefício do Leprosário Pirapitingui, situado próximo a Sorocaba, e do Santuário dos Tuberculosos de São José dos Campos.

Parte dos donativos arrecadados será doado às famílias pobres da capital, que receberão vales de cinco mil cruzeiros para trocar por mercadorias em determinados estabelecimentos comerciais da cidade. Para essa distribuição, há um selecionamento prévio das famílias realmente necessitadas.

FINALIDADES

O Exército da Salvação foi fundado em 1865, quando William Booth declarou guerra à pobreza, vício e pecado num dos bairros mais miseráveis do leste de Londres. /.../ No Brasil, o Exército da Salvação trabalha desde o ano de 1922. /.../ A organização é alicerçada em bases doutrinárias do Protestantismo e sua inspiração vem dos cultos, em seus templos, ou mesmo das pregações em praças públicas, dos Evangelhos e da tese de salvação para todos os homens.

O Exército, que procura colocar em prática a ação cristã, antes de tudo, promove também visitas a pessoas pobres, a hospitais e prisões. A fim de atingir diretamente as massas indiferentes à religião, o Exército realiza reuniões nas ruas e praças, utilizando bandas, cânticos e instrumentos musicais.

Sua ação se baseia nos três preceitos de seu fundador: "Ide aos pecadores e aos pobres, levando-lhes sopa do alimento do corpo, sabão para a reabilitação social e Salvação (a reabilitação social através de Cristo)". (FSP, 9/12/1965, p. 11)

Mediante o emprego ora do discurso direto (*sua ação se baseia nos três preceitos de seu fundador: "Ide aos pecadores e aos pobres, levando-lhes sopa do alimento do corpo, sabão para a reabilitação social e Salvação (a reabilitação social através de Cristo)"*), ora do discurso indireto (*William Booth declarou guerra à pobreza, vício e pecado num dos bairros mais miseráveis do leste de Londres, dentre outros*), a voz da entidade "funde-se" à do jornal, mobilizando, no plano das relações interpessoais, a incorporação (cf. FAIRCLOUGH, 2001a) desse discurso. Nos termos de Martin e White (2005), esses recursos funcionam como estratégias de engajamento por concordância, mediante o endosso das declarações; no plano argumentativo, estabelecem uma argumentação alicerçada na estruturação do real, com argumentos do tipo causa e efeito (Cf. PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996) (*A fim de atingir diretamente as massas indiferentes à religião, o Exército realiza reuniões nas ruas e praças, utilizando bandas, cânticos e instrumentos musicais, dentre outros*).

Conforme aponta Fairclough (1995), o argumento de autoridade, muitas vezes sustentado pelo discurso relatado, assume vasta importância para o estabelecimento de determinados consensos hegemônicos. Isso porque a representação do discurso sempre pressupõe um processo ideológico cuja relevância deve ser considerada: observar vozes ausentes e presentes no texto, e suas consequências para valoração ou depreciação do que foi dito e daqueles que pronunciaram o discurso relatado, evidencia questões de poder no uso da linguagem.

Na verdade, o relato sempre obedece à determinada decisão do jornalista de representar o que foi dito ou escrito em determinado caminho em detrimento de outro, embora se estabeleça frequentemente uma simulação de reprodução transparente daquilo que foi dito ou escrito por outra fonte. Ademais, a mídia é mais aberta aos setores socialmente

dominantes, frequentemente retomados enquanto “fontes confiáveis” e como “vozes acessadas” que emergem no discurso reportado (cf. HARTLEY, 1982 apud FAIRCLOUGH, 1995, p. 63).

No plano identificacional, observamos que a representação das ações voltadas à pobreza segue, agora, um novo viés ideológico, em sintonia com a própria história do desenvolvimento do trabalho social no Brasil: após a década de 1940, à luz da criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), essas ações passam a ser marcadas por traços clientelistas, assistemáticos, conservadores, com “programas sociais estruturados na lógica da concessão e da dádiva, contrapondo-se ao direito” (COUTO, 2006, p. 71).

Ao se tornarem beneficiários dessas ações, cobertas pelas obras de caridade, reforça-se o processo de exclusão, à medida que tais ações passam a ser entendidas enquanto “favor” prestado pelas classes dominantes às classes subalternas.

Com a implantação definitiva da sociedade do espetáculo – vigente nos últimos quarenta anos, acompanhando as características das sociedades pós-moderna – os veículos de comunicação assumem, definitivamente, papel central. Desde então, passam a se definir como organismos especializados em responder a uma demanda social por justiça e cidadania, e os jornais começam a adotar, como premissas para suas linhas editoriais, um jornalismo pretensamente “crítico”, “apartidário” e “pluralista”. Como resultado, a estrutura composicional do gênero “notícia” sofre mudanças profundas, assentadas na tentativa de construção da objetividade.

Considerando-se que a ACD se apresenta como um campo interessado em analisar as maneiras pelas quais o discurso contribui para reproduzir a desigualdade e a injustiça social, determinando quem tem acesso às estruturas discursivas e de comunicação aceitáveis e legitimadas pela sociedade (cf. VAN DIJK, 2008), justifica-se seu interesse primeiro pelo discurso veiculado pelas mídias. Isso porque estas se constituem no canal responsável pela transmissão da maior parte dos conhecimentos disponíveis na pós-modernidade e, simultaneamente, encontram-se concentradas nas mãos das classes dominantes, detentoras do capital financeiro. Entende-se, assim, que essas classes exercem um controle ideológico, a fim de manter os seus interesses e o *status quo*, através da reprodução ou transformação dos fatos a serem noticiados.

O conceito de “espetáculo” se refere tanto à experiência prática da primazia dos desígnios da “razão mercantil” sobre os demais aspectos da vida social quanto “às novas técnicas de governo usadas para avançar ‘o empobrecimento e a sujeição’”, “conquistando o controle social por intermédio mais do consenso que da força” (FREIRE FILHO, 2003, p. 37)². Como resultado, a persuasão também assume papel central. Observe:

2 Conforme mencionado anteriormente, no que tange à camada do modelo tridimensional que enfoca o discurso enquanto *prática social*, Fairclough (2001, 2003) propõe o reenquadre da análise

(04) *Bolsas para baixa renda extrapolaram o Orçamento*

Pilares da ação do Estado no país, os programas de transferência direta de renda às famílias contribuíram para a queda da pobreza e da desigualdade nos últimos anos, mas deixaram de caber no Orçamento federal.

Só nos anos de administração petista, benefícios previdenciários, trabalhistas e assistenciais saltaram do equivalente a 7,3% da renda nacional, em 2003, para 9,4% no ano passado.

Em valores de hoje, é como se a despesa anual do governo com essa finalidade tivesse crescido em cerca de R\$ 120 bilhões, sem um aumento correspondente da arrecadação tributária.

Com a recessão econômica, a receita total da União caiu de 18,9% do PIB, recorde atingido em 2011, para 17,6% no ano passado –quase os mesmos 17,4% de 2003.

Previdência Social, assistência a idosos e deficientes, seguro-desemprego, abono salarial e Bolsa Família respondem hoje por metade do gasto federal, excluindo da conta os encargos da dívida pública. E esse gasto deverá superar a receita deste ano em algo como R\$ 100 bilhões.

A escalada das despesas com esses programas começou com a Constituição de 1988, que fixou novos direitos; tornou-se mais visível quando o Plano Real, de 1994, derrubou a hiperinflação; ganhou impulso a partir da década passada com a formalização do emprego e o envelhecimento da população.

das estruturas discursivas à luz das questões atinentes à ideologia e hegemonia. Baseado na concepção gramsciana de hegemonia, caracteriza esse conceito, justamente, como “o domínio exercido pelo poder de um grupo” – e esse grupo é o grupo dominante – “sobre os demais, baseado mais no consenso que no uso da força” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 43). Embora não faça menção à Teoria da Argumentação, pode-se extrair dessa afirmação uma correlação entre a ACD e a Nova Retórica, na medida em que esta concebe a obtenção do “consenso” como o objetivo final de qualquer argumentação. No que diz respeito à noção de ideologia assumida por Fairclough, podemos afirmar que está fortemente assentada nos trabalhos acerca do assunto empreendidos por Thompson (1995): em Fairclough (2001, p. 37), por exemplo, há a remissão direta à obra do autor (“sobre ideologia, ver Thompson (1995)”). Para Thompson (1995, p. 15-16), “ideologia” se refere “às maneiras como o sentido (significado) serve, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de poder que são sistematicamente assimétricas” – as “relações de dominação”. Partindo de um quadro assim configurado, o autor apresenta uma tipologia dos modos gerais de operação da ideologia. Em função dos limites aos quais está submetido este artigo, não nos detemos na definição de cada tipo, mas os apresentamos conforme incorreram na análise dos dados.

DESIGUALDADE

Do ponto de vista da distribuição e da melhora na renda, os programas sociais e a Previdência tiveram maior impacto entre os mais pobres. Mas, de modo geral, vieram do trabalho e da empregabilidade, ao longo dos 13 anos do PT na Presidência, as maiores contribuições para a queda na desigualdade.

No período, segundo dados do Centro de Políticas Sociais da FGV, todos os estratos da população tiveram melhora na renda acima dos índices de inflação: a dos 10% mais pobres aumentou 129%; a dos 10% mais ricos, 32%.

Quanto mais pobre, maior o impacto dos programas sociais e da Previdência. Mas, na média, foi a renda do trabalho que teve maior peso, de 78% para a melhora dos rendimentos. Previdência teve participação de 19%, e o Bolsa Família, de 3%.

No decil mais pobre, o peso do Bolsa Família sobe a 31%, a Previdência cai para 10%, e a renda do trabalho, para 59% (e é preponderante mesmo assim).

ADVERSÁRIOS

A atual recessão e o alto nível de desemprego (10,9% da força de trabalho) são hoje, portanto, os maiores adversários da melhora na distribuição de renda. Não por acaso, o último trimestre de 2015 foi o primeiro período desde 1999 (início da série) em que renda e desigualdade tiveram uma piora juntas no país. (FSP, 15/05/2016)

Cumprir observar que os recursos avaliativos, bem como o processo persuasivo de forma geral, emergem de modo bastante camuflado, em contraposição aos textos anteriores. Em (4), observamos um texto construído basicamente sob tratamento “factual” dos temas em questão, como se os “fatos falassem por si mesmo”. Não por acaso, os recursos argumentativos utilizados fundam-se praticamente em argumentos baseados na estruturação do real, sobretudo por meio dos vínculos de sucessão, do tipo causa e efeito (no caso da grande relação central estabelecida, temos *os programas de transferência direta de renda às famílias de baixa renda elaborados ao longo dos anos enquanto a causa de um efeito percebido nos dias de hoje, o rombo no orçamento*).

Essas relações de sucessão vêm sustentadas por uma ampla gama de argumentos, como o argumento quase lógico da comparação (*em valores de hoje, é como se a despesa anual do governo com essa finalidade tivesse crescido em cerca de R\$ 120 bilhões, sem um aumento correspondente da arrecadação tributária*) e, sobretudo, o argumento de autoridade, balizado sob a forma de um conjunto de dados estatísticos que resultaram de pesquisas acerca do assunto, como os “dados do Centro de Políticas Sociais da FGV” e outros dados que não têm a fonte explicitada no texto.

Nesse sentido, é importante observar que se atribui a essas fontes confiáveis – no caso, a voz dos institutos de pesquisas econômicas – sustentar a argumentação em curso, mediante diversas estruturas interpessoais de *engajamento* por *atribuição*. De forma análoga ao que observamos em (3), esses recursos funcionam como estratégias de *engajamento* por *concordância*, mediante o endosso dos dados apresentados.

A supressão de vozes dissonantes que contestam esse tipo de avaliação econômica universaliza uma perspectiva particular e ajuda a constituir determinado consenso hegemônico negativo acerca dos programas de transferência de renda, mediante a estratégia da “dissimulação” (cf. THOMPSON, *op. cit.*) da estrutura ideológica de dominação em curso, sustentada, neste caso, por uma “subjetividade antipública que segrega e elabora, por meio da comunicação midiática, uma ideologia antiestatal, fundada na ideia da dilapidação financeira do estado e na imagem do estado devedor” (OLIVEIRA, 1997, p. 32). Nesse sentido, os direitos sociais e trabalhistas, consolidados a partir da promulgação da Constituição de 1988, período em que a assistência social deixa para trás seu caráter subsidiário e passa a ser entendida enquanto direito, integrando um tripé da seguridade social – juntamente com os direitos à saúde e à previdência social – são transformados em obstáculos ao desenvolvimento econômico do país: a proteção social, por exemplo, se transforma em “custo Brasil” (OLIVEIRA, 1997, p. 32).

Retomaremos, agora, os exemplos (1) a (4), e ainda, os estudos empreendidos por Costa (2010) acerca dos aspectos tradicionais do gênero notícia no século XIX. Nesse contexto, poderíamos apontar, para o material referente ao final do século XIX e início da segunda metade do século XX (exemplos (1), (2) e (3)), em sintonia com os resultados apresentados pela autora, a determinação exterior, as fórmulas de introdução de texto, a mistura de informação e opinião e a ausência de diferenciação entre nota e notícia como características intrínsecas.

Diferentemente dos resultados mais gerais apontados pela autora, no entanto, observa-se uma responsabilidade enunciativa fortemente marcada, em especial pela presença de comentários que destacam o engajamento do enunciador do texto com os fatos narrados e de julgamentos de estima e sanção social. Em conjunto, esses recursos abrem espaço para argumentações calcadas nas mais variadas estratégias retóricas.

Em sentido mais geral, no material proveniente do noticiário contemporâneo (exemplo (4)), há a diferenciação entre nota e notícia. Ademais, diferentemente dos resultados apontados para os períodos anteriores, observa-se uma responsabilidade enunciativa distanciada e, por conseguinte, a diminuição significativa das estratégias de engajamento e de julgamentos de estima e sanção social. Como resultado, as estratégias argumentativas e a mistura de informação e opinião emergem, agora, de maneira velada.

Em relação às demais regularidades de fenômenos relevantes e recorrentes para o gênero sob análise, podemos afirmar que, no noticiário contemporâneo, os temas típicos dizem respeito aos problemas em que se inserem os segmentos excluídos socialmente e que deles decorrem para os demais estratos sociais; o desenvolvimento temático assenta-se no eixo descritivo e a linguagem emerge sem marcas de ênfase.

CONCLUSÃO

Mediante a breve comparação entre textos publicados no final do século XIX, ao longo do século XX e início do XXI, fica patente a existência de um posicionamento ideológico fortemente vinculado às classes dominantes perpassando, de modo hegemônico, a elaboração do noticiário dos grandes jornais paulistas nos diferentes períodos da história brasileira acerca da pobreza e das ações necessárias para superá-la. Essa constatação ecoa a posição, sustentada pela ACD, de acordo com a qual os veículos de comunicação se apresentam como mecanismos de controle ideológico das classes dominantes sobre as classes dominadas, “desempenhando um papel essencial ao dar sustentação ao aparato ideológico que permite o exercício e a manutenção do poder” (VAN DIJK, 2008, p. 46).

No que se refere à análise da evolução diacrônica do gênero *notícia*, podemos afirmar que são os breves relatos, correspondentes à *tradição discursiva do relatar* – caracterizados pela apresentação de sequências descritivas e marcados, muitas vezes, pelo argumento de autoridade – bastante raros no final do século XIX – que se impõem diacronicamente. Essa mudança vem determinada, sobretudo, por matizes ideológicos que, em sua essência, vão operando gradativamente a transformação para um noticiário escrito sob o prisma de um jornalismo pretensamente “crítico” e “pluralista”.

Essa tentativa de construção da objetividade materializa-se através de diversas estratégias camufladas de persuasão e controle, as quais puderam ser verificadas com a breve análise dos recursos avaliativos e dos tipos de argumentos empregados – justamente as maiores contribuições dos pesquisadores do subprojeto para o Modelo de Análise Tridimensional. Se nos exemplares do final do século XIX e do início da segunda metade do século XX constatamos todo tipo de argumentos, aliados a uma série de avaliações, a análise do texto do início do século XXI ratifica não apenas a posição de Van Dijk (2008) de acordo com a qual, nas sociedades modernas, o poder exercido pelos jornais inclui maneiras mais sutis de influenciar, mas também corrobora a tese da incidência de determinações sócio-histórico-ideológicas sobre as mudanças das tradições discursivas concernentes aos gêneros textuais/discursivos ao longo dos tempos, ideia tão cara e central para os pesquisadores do subprojeto “Gêneros jornalísticos impressos” do Projeto História do Português Paulista II.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. L. C. V. O.; GOMES, V. S. Tradições Discursivas: reflexões conceituais. In: ANDRADE, M. L. C. V. et al. (org.). *História do Português brasileiro: tradições discursivas do português brasileiro: constituição e mudança dos gêneros discursivos*. v. VII. São Paulo: Contexto, 2018. p. 23-43.

BAHIA, J. *Jornal, história e técnica*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 277-326.

COSTA, A. C. *Tradições Discursivas em jornais paulistas de 1854 a 1901: Gêneros entre a história da língua e a história dos textos*. Munich: Grin, 2010.

COUTO, B. R. *O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?* São Paulo: Cortez, 2006.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing Discourse: textual analysis for social research*. Londres: Routledge, 2003.

FREIRE FILHO, J. A sociedade do espetáculo revisitada. *FAMECOS*, Porto Alegre, n. 22, p. 33-46, 2003.

GOMES, V. S. História do editorial jornalístico em Pernambuco: o que mudou e o que permaneceu no curso dessa tradição discursiva? In: PESSOA, M. B. (org.). *Língua, textos e história*. Recife: Programa de Pós-graduação da UFPE, 2005. p. 87-107.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. A mobilização da voz do/a leitor/a na imprensa de bairro paulistana: uma abordagem introdutória. In: LONGHIN, S. R.; KEWITZ, V. (org.). *História do Português Paulista: série estudos*. v. IV. São José do Rio Preto: Cultura Acadêmica, 2015. p. 112-144.

HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1985.

LIMA, F. F. Formas da persuasão e manifestação das ideologias no noticiário da mídia impressa paulista sobre as eleições. *Filologia e Linguística Portuguesa*, v. 15, p. 127-153, 2014.

MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. R. *The language of evaluation: appraisal in English*. New York/Hampshire: Palgrave Macmillan, 2005.

ÖESTERREICHER, W. La "recontextualización" de los géneros medievales como tarea hermenéutica. In: JACOB, D.; KABATEK, J. (org.). *Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Ibérica: descripción gramatical, pragmática histórica, metodología*. Madrid: Ibero-americana, 2001. p. 199-231.

OLIVEIRA, F. Vanguarda do atraso e atraso da vanguarda: Globalização e neoliberalismo na América Latina. *Revista Praga*, São Paulo, n. 4, p. 31-33, 1997.

OLIVEIRA, K. C.; PIMENTA, S. M. O racismo nos anúncios de emprego do século XIX. *EID&A. Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, v. 16, p. 381-399, 2016.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *O tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SPOSATI, A. *A menina LOAS: um processo de construção da assistência social*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TELLES, V. S. *Pobreza e cidadania*. São Paulo: Editora 34, 2001.

TELES, V. da S. Questão Social: afinal do que se trata? *São Paulo em Perspectiva*, v. 10, n. 4, p. 85-95, out.-dez./1996.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2008.